



Demonstrações Financeiras 2021

Confederação das Cooperativas do Sicredi –
Confederação Sicredi

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar --Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da

Confederação das Cooperativas do Sicredi - Confederação Sicredi

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação das Cooperativas do Sicredi - Confederação Sicredi (“Confederação Sicredi”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação das Cooperativas do Sicredi - Confederação Sicredi em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Confederação Sicredi, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Confederação Sicredi é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Confederação Sicredi continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Confederação Sicredi ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Confederação Sicredi são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Confederação Sicredi.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Confederação Sicredi. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Confederação Sicredi a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-7

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC 1SP192685/O-9

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Confederação das Cooperativas do Sicredi – Confederação Sicredi
CNPJ nº 03.795.072/0001-60

ATIVO			PASSIVO		
	2021	2020		2021	2020
Circulante	147.572	132.595	Circulante	177.280	163.360
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 04) 11.330	42.064	Impostos a recolher	20.860	16.624
Despesas antecipadas	(Nota 05) 40.763	28.842	Passivo de arrendamento	(Nota 09) 5.714	12.008
Outros ativos	(Nota 06) 95.479	61.689	Obrigações com pessoal	(Nota 10) 96.630	83.014
			Outros passivos	(Nota 11) 54.076	51.714
Não circulante	444.203	462.680	Não circulante	409.122	426.542
Despesas antecipadas	(Nota 05) 8.204	5.789	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(Nota 12) 3.993	3.435
Outros ativos	(Nota 06) 2.717	3.339	Passivo de arrendamento	(Nota 09) 6.626	12.340
Investimentos	12	12	Outros passivos	(Nota 11) 398.503	410.767
Imobilizado	(Nota 07) 51.661	53.903			
Direitos de uso	(Nota 09) 11.936	24.838			
Intangível	(Nota 08) 369.673	374.799			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 13) 5.373	5.373
			Capital social	5.358	5.358
			Reserva de lucros	15	15
TOTAL DO ATIVO	591.775	595.275	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	591.775	595.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

Confederação das Cooperativas do Sicredi – Confederação Sicredi
CNPJ nº 03.795.072/0001-60

		2021	2020
Outras receitas e despesas operacionais		-	-
Receitas com prestação de serviços	(Nota 14)	56.763	52.798
Despesas com pessoal	(Nota 17)	(393.636)	(347.111)
Despesas administrativas	(Nota 15)	(825.961)	(653.813)
Despesas tributárias		(8.655)	(11.767)
Outras receitas e despesas operacionais	(Nota 18)	1.171.489	959.893
Resultado operacional		-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		-	-
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Confederação das Cooperativas do Sicredi – Confederação Sicredi
CNPJ nº 03.795.072/0001-60

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Confederação das Cooperativas do Sicredi – Confederação Sicredi
CNPJ nº 03.795.072/0001-60

	Capital social	Reserva de lucros	Total
Em 31 de dezembro de 2019	5.358	15	5.373
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	5.358	15	5.373
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	5.358	15	5.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Confederação das Cooperativas do Sicredi – Confederação Sicredi
CNPJ nº 03.795.072/0001-60

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	-	-
Ajustes ao lucro do exercício		
Depreciações e amortizações	100.480	92.094
Amortização de direitos de uso	12.902	12.902
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	558	(232)
Baixa de imobilizado e intangível	2.753	6.709
Sobras líquidas ajustadas do exercício	116.693	111.473
Variações nos ativos e passivos		
Despesas antecipadas	(14.336)	(6.929)
Outros ativos	(33.168)	(22.879)
Impostos a recolher	4.236	2.057
Obrigações com pessoal	13.616	12.683
Outros passivos	(9.902)	(20.508)
Caixa líquido proveniente das operações	77.139	75.897
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(18.795)	(18.566)
Aquisições de intangível	(77.343)	(54.259)
Ganho na alienação de imobilizado	273	50
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(95.865)	(72.775)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos	(12.008)	(13.392)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(12.008)	(13.392)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(30.734)	(10.270)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.064	52.334
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.330	42.064
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(30.734)	(10.270)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Confederação das Cooperativas do Sicredi - Confederação Sicredi ("Confederação Sicredi" ou "Instituição"), situado na Av. Assis Brasil, 3.940 – Porto Alegre - RS, é uma confederação de Cooperativas Centrais, sociedade simples, de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, regida pela legislação cooperativista, constituída em 31 de março de 2000 através de Assembleia Geral das Cooperativas, com início de suas atividades em 26 de abril de 2000.

Em 31 de dezembro de 2021, o Sistema está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.203 pontos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais ("Centrais") – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), a Fundação Sicredi e o Banco Sicredi, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda, a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

A Confederação Sicredi tem por objetivo a prestação de serviços tecnológicos, normativos, assistenciais e administrativos, entre outros, em escala às suas associadas - entidades Cooperativas Centrais, tendo em vista a conveniência de sua centralização (art. 9º da Lei nº. 5.764/71), com incremento de qualidade e ganho de escala atendidas às deliberações das associadas.

A Confederação das Cooperativas do Sicredi - Confederação Sicredi realiza o serviço de gestão de carteira de valores mobiliários, devidamente autorizada em 04/11/2016 pela Comissão de Valores Mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 15.336.

NOTA 02 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, e a observância aos novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do lucro ou prejuízo

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

A Confederação tem por objeto prover serviços, em escala, as suas associadas e, através destas, às demais empresas e entidades integrantes do Sicredi, nos segmentos de tecnologia da informação, operações, back office, serviços administrativos, atividades de orientação e coordenação de logística, compras de bens e a administração de carteiras de títulos e valores mobiliários para terceiros. Desta forma, desenvolve as atividades contratadas pelas Cooperativas Centrais, arcando com os custos e despesas que, na apuração do resultado mensal, são rateados totalmente entre suas filiadas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata-die", deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

d) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos, conforme descrito abaixo:

	Vida útil
Instalações	6 a 25 anos
Móveis e equipamentos de uso	1 a 12 anos
Equipamentos de comunicação	3 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	2 a 12 anos
Sistema de segurança	10 anos
Sistema de transporte	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente ou quando existir indícios de que o ativo pode ter perdido valor.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil média estimada de 5,5 anos.

f) Redução ao valor recuperável de ativo

Os ativos imobilizados, intangíveis e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

i) Arrendamento mercantil

A Confederação Sicredi avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A instituição aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Além disso, reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Confederação Sicredi reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos e custos diretos iniciais incorridos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período correspondente ao tempo de contrato.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Confederação Sicredi reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento possuem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A instituição aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo contratual seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Confederação Sicredi firmou contrato com o Banco Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A para aquisição de equipamentos de comunicação (Iphones), que possuem alta erosão tecnológica e precisam ser substituídos periodicamente. São classificados como produto de uso e não de aquisição, eliminando os custos de propriedade.

No exercício de 2021 não foram realizadas novas contratações de Leasing de equipamentos de alto valor e/ou longo prazo, mantendo apenas os contratos firmados em 2019.

O impacto nas contas do balanço ocorre principalmente pela aquisição de servidores de armazenamento de dados em contratos firmados com o Banco IBM em 27 de fevereiro de 2019 e o Banco Safra em 11 de julho de 2019, divulgados na Nota 09.

j) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada ano. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores do ativo imobilizado e intangível, a provisão para riscos trabalhistas, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

l) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2021	2020
Depósitos bancários	11.330	42.064
Total	11.330	42.064

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 05 - DESPESAS ANTECIPADAS

	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Manutenção/suporte de softwares	3.404	2.092	4.319	259
Aluguel de software em regime de comodato	37.172	6.112	24.340	5.530
Outros	187	-	183	-
Total	40.763	8.204	28.842	5.789

NOTA 06 – OUTROS ATIVOS

	2021	2020
Adiantamentos e antecipações salariais	1.903	1.753
Impostos e contribuições a compensar	1.872	1.676
Serviços prestados a receber	27.838	23.539
Valores a receber das filiadas	63.866	34.721
Total circulante	95.479	61.689
Devedores por depósito em garantia (Nota 11)	2.717	3.339
Total não circulante	2.717	3.339
Total	98.196	65.028

A Confederação Sicredi possui um catálogo 94 serviços prestados para as empresas do Centro Administrativo Sicredi e demais empresas do grupo, sendo que alguns destes serviços mais representativos são: serviços de processamento de cartões, programa de recompensas e impressão de faturas, repasse de custos Serasa, Serasa RJ, CDL Digital e Serasa Online Fisital, serviço compartilhado de transporte de numerário e SMS Cartões Visa e Master crédito/débito. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber de serviços prestados é de R\$ 27.838 (R\$ 23.539 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de valores a receber das filiadas refere-se ao rateio das despesas e custos incorridos pela Confederação Sicredi em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Central Sicredi Sul	23.588	12.545
Central Sicredi Norte Nordeste	2.679	1.398
Central Sicredi PR/SP/RJ	21.076	10.770
Central Sicredi Centro Norte	10.161	4.704
Central Sicredi Brasil Central	5.421	2.870
Demais valores a receber das empresas do sistema	941	2.434
Total	63.866	34.721

NOTA 07 – IMOBILIZADO

Custo do imobilizado	Instalações	Móveis e equipamentos de uso	Equipamentos de comunicação	Equipamentos de processamento de dados	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Saldos em 31 de dezembro 2019	6.290	14.886	1.290	134.618	201	248	157.533
Aquisições	153	2.366	62	15.985	-	-	18.566
Baixas	-	(4)	(3)	(15.513)	-	(40)	(15.560)
Saldos em 31 de dezembro 2020	6.443	17.248	1.349	135.090	201	208	160.539

Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro 2019	(3.291)	(6.530)	(622)	(90.803)	(84)	(126)	(101.456)
Aquisições	(303)	(1.967)	(198)	(18.172)	(20)	(42)	(20.702)
Baixas	-	2	1	15.479	-	40	15.522
Saldos em 31 de dezembro 2020	(3.594)	(8.495)	(819)	(93.496)	(104)	(128)	(106.636)

Custo do imobilizado							
Saldos em 31 de dezembro 2020	6.443	17.248	1.349	135.090	201	208	160.539
Aquisições	4.489	285	95	13.926	-	-	18.795
Baixas	(2.301)	(2.386)	(38)	(940)	-	-	(5.665)
Transferências	4	(7)	49	(46)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	8.635	15.140	1.455	148.030	201	208	173.669

Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro 2020	(3.594)	(8.495)	(819)	(93.496)	(104)	(128)	(106.636)
Aquisições	(267)	(2.093)	(204)	(17.872)	(20)	(42)	(20.498)
Baixas	1.885	2.306	27	908	-	-	5.126
Transferências	(1)	4	(41)	38	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	(1.977)	(8.278)	(1.037)	(110.422)	(124)	(170)	(122.008)

Valor contábil líquido							
Saldos em 31/12/2020	2.849	8.753	530	41.594	97	80	53.903
Saldos em 31/12/2021	6.658	6.862	418	37.608	77	38	51.661

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Instituição não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar abaixo do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

NOTA 08 – INTANGÍVEL

Custo do intangível	Softwares em desenvolvimento	Softwares	Total
Saldos em 31 de dezembro 2019	71.850	647.903	719.753
Aquisições	46.090	17.190	63.280
Baixas	-	(31.657)	(31.657)
Transferências	(47.413)	47.413	-
Saldos em 31 de dezembro 2020	70.527	680.849	751.376

Amortização			
Saldos em 31 de dezembro 2019	-	(321.100)	(321.100)
Aquisições	-	(71.392)	(71.392)
Baixas	-	15.915	15.915
Saldos em 31 de dezembro 2020	-	(376.577)	(376.577)

Custo do intangível			
Saldos em 31 de dezembro 2020	70.527	680.849	751.376
Aquisições	20.274	57.069	77.343
Baixas	-	(14.971)	(14.971)
Transferências	(22.867)	22.867	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	67.934	745.814	813.748

Amortização			
Saldos em 31 de dezembro 2020	-	(376.577)	(376.577)
Aquisições	-	(79.982)	(79.982)
Baixas	-	12.484	12.484
Transferências	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	-	(444.075)	(444.075)

Valor contábil líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	70.527	304.272	374.799
Saldo em 31 de dezembro de 2021	67.934	301.739	369.673

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Instituição não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis poderiam estar abaixo do valor recuperável, e conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos intangíveis foi necessária.

NOTA 09 – DIREITO DE USO

Direito de uso	Vida útil*	Computadores e periféricos
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3 a 5 anos	37.740
Amortização		(12.902)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		24.838
Amortização		(12.902)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		11.936

(*) As vidas úteis aplicadas referem-se aos prazos pelos quais a Confederação tem segurança de que utilizará os ativos objetos dos contratos de arrendamento mercantil observando as condições contratuais.

Passivo de arrendamento:

Passivo	2021	2020
Passivo de arrendamento - circulante	6.628	13.502
Passivo de arrendamento - não circulante	7.189	13.738
Total	13.817	27.240

Juros a transcorrer

O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado conforme o prazo do arrendamento mercantil. A taxa de arrendamento efetiva praticada no contrato, firmado com o Banco IBM, tem variação diária do CDI-Over, publicada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ("Cetip"). A taxa de arrendamento efetiva praticada no contrato firmado com o Banco Safra é de 0,79% ao mês.

Juros a transcorrer	2021	2020
Juros a transcorrer - circulante	914	1.494
Juros a transcorrer - não circulante	563	1.398
Total	1.477	2.892

Total do passivo de arrendamento

	2021	2020
Passivo de arrendamento - circulante	5.714	12.008
Passivo de arrendamento - não circulante	6.626	12.340
Total	12.340	24.348

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Obrigações com pessoal corresponde especialmente ao saldo de provisão folha de pagamento, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2021	2020
Provisão de férias	22.862	19.718
Provisão para encargos sobre férias	8.184	7.093
Provisão para bônus por produtividade	63.946	54.871
Provisão para encargos sobre bônus	348	357
Provisão para retenção de longo prazo diretoria	1.075	812
Provisão para encargos retenção de longo prazo diretoria	215	163
Total	96.630	83.014

NOTA 11 – OUTROS PASSIVOS

	2021			2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aquisição e desenvolvimento de logiciais	-	-	-	306	-	306
Provisão para pagamentos a efetuar	7	-	7	111	-	111
Valores a repassar para partes relacionadas (i)	-	398.503	398.503	-	410.767	410.767
Credores diversos - País	54.069	-	54.069	51.297	-	51.297
Total	54.076	398.503	452.579	51.714	410.767	462.481

(i) Em dezembro de 2021 o saldo de valores a repassar para partes relacionadas é R\$ 398.503 (2020 – R\$ 410.767), correspondente à antecipação de valores pelas Cooperativas filiadas ao Sistema Sicredi para realização de investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos etc.). Após a conclusão dos projetos, os valores são repassados às Cooperativas por meio de rateio.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Instituição possui ações trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas probabilidades de perda estão demonstrados no quadro a seguir:

Natureza	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	
		2021	2020
Trabalhista	Provável	3.954	3.435
Tributária	Provável	39	-
Total		3.993	3.435

Em 31 de dezembro de 2021, a Confederação possuía também processos de natureza trabalhista, tributária e cível, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 3.070, R\$ 896 e R\$ 11.934 (R\$3.494, R\$ 355 e R\$ 5.655 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente.

Movimentação da provisão para riscos tributários e trabalhistas:

	2021	2020
Saldo inicial	3.435	3.667
Constituição	1.157	118
Reversão	(599)	(350)
Saldo final	3.993	3.435

A instituição em 31 de dezembro de 2021 possuía bloqueios e depósitos judiciais, vinculados a passivos trabalhistas, no montante de R\$ 2.717 (R\$ 3.339 em 31 de dezembro de 2020), registrado como devedores por depósito em garantia (Nota 06).

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve alteração no patrimônio líquido da Instituição, sendo que o capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.358, dividido em 5.358.000 quotas de valor individual de R\$ 1,00 e pertencente integralmente às associadas Cooperativas Centrais integrantes do Sicredi.

O capital social da Confederação Sicredi é ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de quotas-partes subscritas, prevalecendo, quanto ao mínimo, o valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), devendo ser integralizado em moeda corrente.

Podem associar-se à Confederação, aderindo automaticamente ao Estatuto Social, as cooperativas centrais de crédito que atendam aos requisitos constantantes no Regimento Interno do Sicredi. Para fazer parte do quadro de associadas, a Central, uma vez autorizada por sua Assembleia Geral, deverá ter o seu ingresso aprovado pelo Conselho de Administração da Confederação, subscrever e integralizar as quotas-partes de capital social na forma do Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a formação do Patrimônio Líquido total da Confederação Sicredi é das Cooperativas Centrais abaixo listadas:

	2021	2020
Central Sicredi Sul/Sudeste	3.038	3.038
Central Sicredi Norte/Nordeste	1	1
Central Sicredi PR/SP/RJ	1.422	1.422
Central Sicredi Centro Norte	665	665
Central Sicredi Brasil Central	247	247
Total	5.373	5.373

NOTA 14 – RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2021	2020
Prestação de serviços para empresas do grupo	49.284	45.717
Taxa de gestão de fundos de investimento	7.479	7.081
Total	56.763	52.798

NOTA 15 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Processamento de dados	325.101	253.828
Depreciação e amortização	113.382	104.996
Serviços técnicos especializados	125.962	100.830
Condomínio	9.923	8.867
Comunicação	78.100	57.434
Água e energia	2.266	2.603
Aluguéis	3.771	6.546
Manutenção	646	2.643
Viagens	92	677
Serviços do sistema financeiro	100.345	66.149
Serviços de terceiros	33.712	26.955
Outras despesas administrativas	32.661	22.285
Total	825.961	653.813

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como Cooperativas Centrais, Banco Cooperativo Sicredi, Administradora de Bens, Condomínio, Adm. de Consórcios Sicredi, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Sicredi Fundos Garantidores e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

a) Instituições filiadas

	2021		2020	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Caixa e equivalentes de caixa - depósitos bancários	9.721	-	40.146	-
Valores a receber das filiadas (Nota 06)	63.866	-	34.721	-
Outros passivos (Nota 11)	(398.503)	-	(410.767)	-
Outros ingressos e receitas operacionais	-	1.159.272	-	971.061
Ingressos e receitas de prestação de serviços (i)	-	56.763	-	52.798
Condomínio	-	(9.923)	-	(8.867)
Água e energia	-	(2.266)	-	(2.603)
Aluguéis	-	(2.686)	-	(2.861)

(i) Os ingressos e receitas de prestação de serviços se referem às receitas com taxas de gestão dos fundos de investimentos e da prestação de serviços como auditoria interna, serviços contábeis e tributários, entre outros.

b) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoal-chave da Administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

	2021	2020
Pessoal-chave da Administração	2.841	2.656

NOTA 17 – DESPESAS COM PESSOAL

	2021	2020
Honorários	2.841	2.656
Benefícios a colaboradores	51.495	46.136
Encargos sociais	80.204	70.293
Proventos	202.044	177.704
Provisão de PPR	56.842	49.650
Treinamentos	4.144	3.340
Remuneração de estagiários	1.165	693
Provisões de impostos sobre a folha de pagamento	28.620	24.437
Reversão de provisões sobre a folha de pagamento	(33.719)	(27.798)
Total	393.636	347.111

NOTA 18 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Recuperação de encargos e despesas através de rateio	1.178.153	980.042
Rendas em operações com derivativos	-	86
Lucros na alienação de valores e bens	273	50
Insubstituições ativas	(3.020)	(15.863)
Provisões de processos judiciais	(1.157)	(118)
Multas e juros diversos	(115)	(1.303)
Perdas em processos trabalhistas e tributários	(1.519)	(92)
Outras	(1.126)	(2.909)
Total	1.171.489	959.893

NOTA 19 – COBERTURA DE SEGUROS

A Instituição adotou a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Instituição adota um programa de gerenciamento de riscos buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades".

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção; (ii) Detecção; e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 20 – OUTROS ASSUNTOS

Em 2021, seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentando à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. A Confederação Sicredi se manteve ativa, suportando a operação das cooperativas do Sistema em todas as regiões do Brasil, que atuaram com todos os cuidados para evitar a propagação da doença.

No cenário de pandemia, mantivemos o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo, por meio das nossas linhas de crédito, concedidas nas cooperativas em apoio a manutenção da atividade econômica das comunidades e de cada associado e considerando suas diferentes realidades e necessidades. Desta forma, seguimos firmes no compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Com base no nosso modelo de atuação e visando uma adequação à nova realidade de mercado, implantamos dois novos modelos de trabalho, sendo híbrido com presença física em nosso Centro Administrativo apenas duas vezes por semana, e remoto, possibilitando home office para profissionais das áreas de tecnologia. Desta forma, para mantermos o cuidado e a atenção com nossos colaboradores, o que sempre foi uma premissa, em setembro, realizamos a primeira onda de retorno dos colaboradores ao trabalho híbrido no Centro Administrativo Sicredi. Até dezembro, cerca de 43% dos colaboradores do CAS já estavam atuando no modelo híbrido. O movimento foi realizado com apoio de pesquisa periódica com os funcionários, obedecendo critérios como: estar com a vacinação completa há mais de 15 dias, não pertencer e não residir com pessoas do grupo de risco, e não depender de transporte público. Ainda assim, a grande maioria dos colaboradores do CAS, seguiram atuando, no modelo de trabalho remoto, desempenhando suas funções em suas casas, primando pela segurança e integridade da saúde de todos.

O retorno desses grupos controlados de colaboradores foi realizado obedecendo todos os protocolos de segurança recomendados. Foi entregue individualmente um kit com itens como álcool em gel, máscaras, copos e talheres individuais, entre outros. Os ambientes também foram preparados com disponibilidade de produtos e ferramentas para higienização e distanciamento, assim como o acesso às estruturas é realizado com recurso de reconhecimento fácil e medição de temperatura, sempre mediante a reserva prévia de estação de trabalho de vagas de estacionamento, garantindo controle do número de pessoas nos ambientes comuns.